

União gasta mais 37,4% com salários

A Secretaria de Planejamento — Seplan — divulgou ontem a execução orçamentária de 1985, apresentando equilíbrio contábil entre despesa e receita, que atingiram cada Cr\$ 156,4 trilhões.

As despesas da administração direta — ministérios e autarquias — foram pressionadas sobretudo com pessoal. A folha de salários cresceu 37,4% acima da inflação, boa parte explicada pela reposição salarial e outra pela expansão de 10% no número de funcionários contratados entre o último trimestre de 1984 e o primeiro de 1985.

A principal fonte de receita, por outro lado, foi mais uma vez o imposto sobre a renda, que cresceu 31,9% acima da inflação. O imposto sobre produtos industrializados — IPI —, refletindo a retomada da atividade econômica interna, cresceu 50% em termos reais.

Equilíbrio

Embora pronta desde 29 de janeiro, somente ontem a execução orçamentária de 1985 foi divulgada pelo secretário-geral da Seplan, Andrea Calabi. Ele explicou que, por definição, o orçamento fiscal sempre apresenta equilíbrio. A partir deste ano, com a unificação dos orçamentos monetário e fiscal, o déficit fica explicitado. Atualmente, o déficit orçamentário é de Cr\$ 17 trilhões, significando 0,5% do Produto Interno Bruto — PIB.

Em 1985, a Receita do Tesouro Nacional apresentou crescimento real de 15,7% refletindo, segundo a Seplan, principalmente a expansão da produção industrial, o aumento do nível de emprego, os ganhos com reposição salarial, além de alterações adotadas no campo tributário em meados do ano. O imposto sobre a renda, com uma participação de 43,8% na receita total da União, alcançou Cr\$ 58,7 trilhões. Houve sobretudo um significativo aumento no IR retido na fonte, por causa de mudanças tributárias, que anteciparam o recolhimento do tributo sobre o mercado aberto e nos juros da dívida pública.

A Seplan ressalta que a melhoria nos indicadores econômicos da produção nacional reflete-se na arrecadação do Finsocial, já que essa contribuição tem como base de cálculo o

faturamento das empresas. No ano passado, o Finsocial rendeu Cr\$ 8,1 trilhões, com crescimento real de 25% em relação ao montante arrecadado em 1984.

No lado das despesas, o maior peso foi com pessoal. Esse item, que representava 26,3% das despesas totais, pulou para 30,3% no ano passado. E que houve, de acordo com a Seplan, um "festival de contratações" no final do governo Figueiredo. Além disso, em 1985, já durante o governo de Sarney, houve uma reposição salarial.

Embora o número de funcionários contratados na administração direta tenha aumentando cerca de 10%, a Seplan não tem idéia do número total de empregados. Até 1983, de acordo com levantamentos recentes, o quadro de funcionários dos ministérios e autarquias alcançava 669.140. Nas estatais, os funcionários chegam a 1.400 mil.

O Poder Legislativo foi pródigo na contratação de funcionários em 1985. Só o Senado aumentou sua despesa com pessoal e encargos pessoal em 59,87%, em termos reais. No Poder Executivo, o Ministério da Justiça teve sua folha de salários aumentada em 127% acima da inflação. Houve, conforme a Seplan, uma das duas hipóteses: ou muita contratação ou aumento real elevado de salários. O Ministério do Trabalho aumentou suas despesas com pessoal em 103% acima da inflação. Fora gasto com pessoal, a administração direta teve várias outras despesas elevadas. Com o serviço da dívida (interna e externa), os gastos alcançaram Cr\$ 15,3 trilhões.

Gastos sociais

As despesas do governo na área social aumentaram 51,2% acima da inflação. Houve aumento de verbas em educação, saúde e Justiça, principalmente. Por outro lado, o Tesouro Nacional transferiu Cr\$ 2 trilhões para empresas estatais em 1985, conforme cifra já embutida no orçamento fiscal. Também utilizou-se de Cr\$ 337,6 bilhões do Finsocial para gastos na Cobal, por exemplo. Para este ano, o governo diz pretender fazer um acompanhamento rigoroso e austero dos gastos da administração direta.

Execução orçamentária 1984/1985

Recursos de todas as fontes

Quadro síntese

SOF/Seplan (em 29/01/86)

Fontes e usos

I - Recursos do Tesouro

1984 Lei+Créditos (A)	1985 Lei+Créditos (B)	Variação % (B/A)
1 - Receita	138.2	287
Correntes	134.1	290
Tributária	111.2	300
Contribuições	19.8	230
Outras	3.1	417
Capital	4.1	215
Operações de crédito (internas e externas)	4.1	215
2 - Despesa	138.2	287
Pessoal	41.9	346
Dívida	22.9	282
Encargos de Financiamento	15.3	283
Amortização	7.6	280
Participação da União no Capital	2.0	233
Transf. a Estados, DF e Municípios (vinculados)	33.7	368
Vinculações Diversas (1)	9.6	231
Outros Custeios e Capital	28.1	193
Ordinários	18.2	180
Contrapartida de Empréstimos Externos	1.6	220
Finsocial	6.8	240
PIN/Proterra	1.5	150
II - Recursos próprios dos órgãos		
1 - Receita	18.2	257
2 - Despesa	18.2	257
III - Total (I + II)		
1 - Receita	156.4	283
2 - Despesa	156.4	283
3 - Diferença (1 - 2)		

Notas: (1) Considera Cr\$ 0.95 trilhões da cota de previdência (recursos ordinários em 1984);

(2) Exclui Cr\$ 1.2 trilhão, sendo Cr\$ 0.6 parcela da cota de previdência, Cr\$ 0.1 de recursos diretamente arrecadados contidos em pessoal e Cr\$ 0.5 do Fundo da Marinha Mercante contido em dívida;

(3) Exclui Cr\$ 1.2 trilhão contidos em pessoal;

(4) Exclui Cr\$ 1.5 trilhão, sendo: Cr\$ 0.5 de pessoal; Cr\$ 0.5 de contrapartida de empréstimos externos e Cr\$ 0.5 de dívida.

SAE/O DO